



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 203 / JANEIRO-FEVEREIRO 2021 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **A 25 de Fevereiro, a luta sairá à rua de norte a sul do país!**
- 5 **Balanço de 2020 no seio dos Sapadores**
- 6 **Lutar por aumentos salariais nas empresas municipais**
- 10 **As opções e linhas gerais priorizadas pelo Governo no OE2021**
- 14 **Semana de Luta da CGTP-IN de 7 a 11 Dezembro**
- 17 **A importância em exercer o direito de voto nas Eleições para a Presidência da República**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 203 — JANEIRO-FEVEREIRO 2021

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Paula Lourenço, Paula Correia, Tiago Lopes, José Oliveira, António Pascoal e Henrique Bastos

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

Escrevemos estas linhas a uma semana das eleições para a Presidência da República. Num contexto fortemente influenciado pela pandemia que tem constrangido a vida de todos e a vida de cada um, emerge no horizonte a importância de fazer do dia das eleições, um momento de elevada participação e responsabilidade cívicas. **Os direitos e as liberdades políticas que substanciam e materializam a nossa Democracia não estão sob confinamento.** Neste sentido, cada um deve assumir o seu papel, intervindo com consciência, ou seja, exercendo o seu direito de voto, para que possamos alimentar a esperança em alicerçar um país mais de acordo com a Constituição da República Portuguesa, até hoje desvalorizada e denegrida por muitos dos que ocuparam as cadeiras da governação deste país e, em especial para estas eleições, o Palácio de Belém. Não temos dúvidas que no dia 24 de Janeiro, serão implementadas e respeitadas todas as normas que nos permitam votar em segurança. Não nos deixemos iludir ou retraindo pelo medo. Com distanciamento e máscara, levemos a luta por melhores condições de vida e de trabalho ao voto!

Com a entrada do novo ano, ficámos a conhecer a vontade do Governo sobre as reivindicações dos trabalhadores da administração pública, destacando pela sua importância vital, as questões salariais. **Apenas 1/6 dos trabalhadores, aproximadamente, terão aumentos em 2021,** e mesmo esta minoria não será valorizada de acordo com o que seria justo e expectável. **Para a imensa maioria, será mais um ano de congelamento.** Decisões obviamente inaceitáveis que nos devem merecer forte repúdio.

Na Câmara Municipal de Lisboa, o teletrabalho continua por regulamentar, atrasando-se os responsáveis pela autarquia nas devidas compensações e enquadramento perante todos aqueles que, a partir de casa, realizam as suas funções. **Atravessando os meses mais frios do inverno, serão expectáveis despesas com energia mais elevadas para quem se mantém no seu domicílio sete dias por semana.** O teletrabalho pode ser uma forma eficaz de mitigar o risco de contágio, contudo, nas restantes dimensões, revela-se talvez contraproducente face aos interesses de quem assumiu esta modalidade. Cada um deverá fazer a sua própria reflexão sobre o 'deve e o haver' nestas opções, claro está, quando não determinada pelos decretos governamentais sob o tecto de um qualquer estado de emergência.

Nos sectores de actividade que pela sua natureza obrigam ao trabalho presencial, operacionais na sua maioria, o STML continua a acompanhar e a exigir o respeito pelas normas de segurança e saúde no trabalho, considerando serem preocupações que assumem uma importância maior em tempo de pandemia.

Nas juntas de freguesia, valorizamos o processo reivindicativo encetado pelos trabalhadores do Lumiar, aguardando-se neste momento uma reunião de trabalho com o respectivo Executivo. Em Campolide, aumenta o descontentamento pelas formas de organizar os horários e o trabalho que em nada contribuem para a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos trabalhadores. Noutras juntas de freguesia – Benfica, São Domingos de Benfica, São Vicente, Misericórdia, Ajuda, entre outras –, o STML espera retomar os processos negociais com vista à celebração de um novo ACEP, garantindo por esta via mais e melhores direitos para os seus trabalhadores.

Nas empresas municipais, EGEAC e GEBALIS em particular, pretendemos iniciar o processo negocial com os respetivos Conselhos de Administração, propositando debater os aumentos salariais deste ano. Na SRU e no MARL, o Sindicato mantém a sua estratégia de aprofundar o contacto e o conhecimento com estas realidades laborais de forma a melhor defender os direitos e os interesses dos seus trabalhadores.

A pandemia tem criado dificuldades a todos, mas com determinação, e criatividade nalguns casos, procuremos saber superá-las. A vida e o trabalho não confinaram. Com responsabilidade, organização e muita confiança não nos deixemos desanimar e muito menos desarmar. **A 25 de Fevereiro, saímos à rua, em luta pelas respostas que até agora nos têm negado. Sobre salários e direitos, sobre a exigência máxima de uma vida e um futuro dignos!**



A 25 de Fevereiro, a luta sairá à rua de norte a sul do país!

O ano de 2020 ficou marcado pela epidemia e pelos aproveitamentos que dela foram feitos, bem como pela luta e resistência dos trabalhadores, na defesa do emprego, direitos e salários.

Vivemos e trabalhamos num país marcado por profundas fragilidades na sua estrutura produtiva e cada vez mais dependente do exterior, comprando fora o que cá não produz, sofrendo por isso de forma acrescida os efeitos da pandemia. Estas fragilidades, fruto de opções políticas de sucessivos governos e da sua submissão aos tratados e orientações de uma União Europeia que toma o partido do grande capital em detrimento dos trabalhadores e dos povos, dificultam as condições para responder às dificuldades económicas e sociais.

É urgente inverter o rumo de desvalorização do trabalho e dos trabalhadores e romper com o modelo de baixos salários, trabalho precário, ataque aos direitos dos trabalhadores e subordinação aos interesses do grande capital, da distribuição de lucros e dividendos.

É urgente mudar de rumo e optar por políticas que tenham em conta a defesa do interesse nacional. Nesse sentido, como temos defendido, é fundamental recuperar para a esfera pública empresas como a TAP, a GALP, a EDP, a REN ou os CTT, defendendo e promovendo empresas e sectores estratégicos, alavancas fundamentais para o desenvolvimento e soberania do país. A sua privatização é um erro que urge reverter.

Uma política alternativa que garanta um Portugal com futuro, desenvolvido e soberano, de progresso e justiça social, que garanta a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e das populações mas também o desenvolvimento da economia e

uma resposta adequada à situação difícil que atravessamos, para a CGTP-IN deve assentar nos seguintes eixos centrais: aumento geral dos salários em 90€ para todos os trabalhadores e no aumento do salário mínimo nacional para os 850€ a curto prazo; emprego seguro, com direitos, combatendo a precariedade; 35 horas de trabalho semanal para todos sem redução salarial e sem mecanismos que desregulem os horários; dinamização da contratação coletiva e uma legislação laboral cujas normas gravosas sejam definitivamente revogadas; incremento da produção nacional e aposta no papel do Estado para o desenvolvimento do país; reforço dos serviços públicos e das Funções Sociais do Estado.

A luta vai ter de continuar com a certeza de que só assim é possível resistir à ofensiva, defender e conquistar direitos e melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e suas famílias. Só com a luta será possível desbloquear soluções para os problemas, garantir os direitos existentes e conquistar novos.

Decide o Conselho Nacional da CGTP-IN:

- Exigir, no âmbito da Administração Pública, respeito pela negociação coletiva, tanto em relação a questões como os salários, carreiras, concursos ou horários de trabalho, como, também ao seu rejuvenescimento ou às questões relacionadas com a segurança e saúde no trabalho, num quadro de valorização dos sindicatos, que tem sido desrespeitado pelo Governo;
- Convocar para o dia 25 de Fevereiro, um dia de ação de luta nacional, descentralizado, com greves, paralisações e ações em todos os sectores, com o lema “Salários, emprego, direitos. Confiança, determinação e luta por um Portugal com futuro!”, fazendo convergir a luta dos trabalhadores em concentrações, manifestações e ações em todos os distritos e regiões autónomas.



STML reúne com a DMHU – Direcção Municipal de Higiene Urbana

Por solicitação do Sindicato, realizou-se a 16 de Dezembro uma reunião com a DMHU. Também presentes os responsáveis hierárquicos do Departamento de Higiene Urbana (DHU) e do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM). Dos assuntos debatidos, destaca-se o seguinte.

Trabalho nos Feriados do Natal e Passagem de Ano

Referiu a DMHU para a época do natal, a programação do trabalho para os dias 26 (sábado) e 27 (domingo, excepcionalmente), sendo neste último em regime de voluntariado. Em suma, os trabalhadores laboram dia 24 de Dezembro (no período diurno), dia 26 (de dia) e sábado para domingo (de noite).

Para a passagem de ano, prevê-se método idêntico, sujeito ainda a confirmação perante eventuais imposições de um novo estado de emergência (a decretar pelo Governo).

Mapa de Feriados para 2021

A DMHU irá debater este assunto com o Vice-Presidente da CML, prevendo enviá-lo para o STML nas primeiras semanas de 2021.

Assuntos Vários

· Sobre as obras que decorrem no COR, para uma nova área administrativa, comunicou a DMHU que em fins de Janeiro estarão previsivelmente concluídas. Matéria importante para libertar a zona de copa. O STML lembrou ainda a necessidade em permitir o acesso no período nocturno à zona de bar do refeitório dos Olivais 2.

- Em vários postos de limpeza, estão a ser montadas novas instalações para os guardas (contentores com casa-de-banho), num processo que se espera concluir o mais brevemente possível.
- Irão ser instalados nas instalações com maior número de trabalhadores, nomeadamente na Filipe da Mata, Telheiras e Boavista, um novo sistema de medição de temperatura, idêntico ao que já existe no Complexo dos Olivais.
- A partir de Janeiro, serão distribuídos novos fardamentos aos cantoneiros, condutores e encarregados.
- O STML sublinhou a importância em reforçar e tornar mais eficaz a higienização/limpeza dos balneários do COR, principalmente femininos, com ênfase no período nocturno durante a mudança de turnos.
- O STML questionou sobre a atribuição de mais três dias de férias decorrente do ACEP que o Sindicato celebrou com a CML. A DMHU aguarda resposta do Departamento de Recursos Humanos da autarquia.

Outras matérias foram questionadas pelo STML, das quais daremos conta oportunamente nos contactos com os trabalhadores das várias áreas de intervenção que compõem esta Direcção Municipal.

O STML continuará a acompanhar a realidade da Higiene Urbana, sabendo que só com o envolvimento activo e responsável dos trabalhadores nos processos reivindicativos que lhes dizem respeito, construiremos o melhor caminho com vista à sua resolução.



Balanço de 2020 no seio dos Sapadores

Neste mundo interdependente, não houve quem não tenha sido afetado ou sofrido com a pandemia da COVID-19. Numa fase primária da pandemia, as instituições e organizações, perante a surpresa e os potenciais efeitos adversos, tiveram de se adaptar às circunstâncias da incerteza e opacidade dos dias, promovendo uma permanente navegação à vista, porque, efetivamente, as circunstâncias a isso obrigavam.

E perante um conjunto de fatores, dúvidas e situações que teimavam em ver uma justa e plausível solução, adveniente, principalmente, dos constrangimentos gerados pela COVID-19, este Sindicato arregaçou as mangas da negociação junto de quem de responsabilidade, sempre pela defesa, dignidade e direitos dos bombeiros profissionais.

Neste âmbito, conseguiu-se conquistar a reposição dos valores descontados e o pagamento integral pelas baixas, quarentena ou isolamento profilático gerados pela COVID-19, sendo que, também neste campo, o subsídio de risco por COVID-19 foi almejado.

A propugnação pela dignidade e direitos dos bombeiros profissionais fez-se por todo o ano de 2020, quer junto do Comando do RSB, dos Recursos Humanos da CML e ainda do Departamento de Saúde, Segurança e Higiene do Trabalho.

Conseguiu-se igualmente alertar o Comando, e posteriormente reverter, o estacionamento anedótico de um veículo-escada na zona norte do Parque Eduardo VII, o qual, era a partir dali que obrigavam os operacionais a sair para socorro durante uma grande parte do dia.

Também se conseguiu adiar as provas físicas do SIADAP, pois, perante um quadro epidemiológico que previa severos agravamentos, não fazia qualquer sentido obrigar os bombeiros a realizar essas provas.

Foram igualmente diligenciadas um conjunto de ações transversais à carreira dos Bombeiros Profissionais e conseqüente atividade, tais como cursos de promoção, avaliação e desempenho e horário de trabalho. No tocante às férias e uma NEP relativa, completamente absurda, foram também tomadas medidas afim de reverter as intenções subjacentes.

Mas mais foi feito e almejado por este sindicato, dando como exemplo, a pressão realizada para a aquisição de equipamentos de Proteção Individual para a COVID-19 em quantidade e qualidade suficientes para todos os profissionais.

Foi também publicado o novo Acordo de Entidade de Empregador Público (ACEP) o qual veio acrescentar mais direitos para os Sapadores como, por exemplo, o aumento de 3 dias de férias; o garantir a marcação de trocas de serviço como um direito e não uma concessão de qualquer chefia ou comando; a garantia de no mínimo 20% dos trabalhadores poderem gozar as suas férias, entre outros.

Se a CML e o Comando do RSB querem mesmo um socorro de excelência e, concomitantemente, ser referência nacional, têm que ter outro tipo de pensamento e posição, mas também outro tipo de postura organizacional, pois os cidadãos e os bombeiros profissionais do RSB merecem muito mais que este vazio ao nível dos conceitos, ideias e conseqüentes concretizações.

Esta Direção compromete-se a não baixar os braços e tudo fazer, ou alertar, quando necessário, a edilidade e o Comando do RSB, para que estes honrem o merecimento que os profissionais desta casa tanto merecem, pois se os tempos atuais, reclamam adaptação, também exigem uma responsabilidade partilhada, de todos, para todos e por todos, porque os bombeiros profissionais, a exemplo de outras atividades essenciais, “nunca abandonam o barco.”



Gebalis

2021: tempo de regressar à negociação salarial

Conforme estabelece o Acordo de Empresa (AE) da GEBALIS, as direcções do STML e STAL têm a possibilidade de propor ao Conselho de Administração (CA) da empresa municipal, no início de cada mês de Janeiro, a negociação da sua tabela salarial. É o que vai voltar a ocorrer neste arranque de 2021.

O STML propõe-se partir para novas negociações com o objectivo de aumentar condignamente, no corrente ano, os salários dos trabalhadores municipais em causa. O AE em vigor na GEBALIS determina, no seu *n.º 2 da Cláusula 2.ª*, que a tabela salarial e demais cláusulas pecuniárias são revistas anualmente. Daí que, pela segunda vez desde a celebração do Acordo, o STML e STAL vão apresentar uma proposta de revisão para os 12 meses que agora se iniciam.

Mais de duas centenas de trabalhadores conseguiram, em 2017, com a assinatura do AE, garantir a sua valorização profissional e salarial, progressão de carreiras e equidade salarial, entre outras matérias. A convenção colectiva permitiu uma efectiva melhoria das condições de trabalho e de vida dos profissionais da empresa municipal. Contudo, apesar da evolução, os trabalhadores ainda não foram totalmente compensados pelos muitos anos de estagnação remuneratória.

Lembramos que, em 2020, os dois sindicatos começaram por apresentar uma proposta de 90€ de aumento salarial para todos os profissionais, tendo o CA feito uma contraproposta de 2,3% de subida para todos os níveis. Os trabalhadores foram então consultados em plenário por duas ocasiões. Em Fevereiro do ano passado, estávamos então preparados para avançar com nova proposta consensualizada e aprovada, nomeadamente de 3% de aumento, garantindo-se um mínimo de 50 euros em cada nível.

Infelizmente, devido à pandemia da covid-19, o processo negocial ficou suspenso e, em meados do ano, foi-nos transmitido que, na sequência do cenário de dificuldades, o aumento salarial seria de apenas 0,3% – igual ao aplicado pelo Governo para os funcionários públicos.

Apesar de a pandemia ter efeitos negativos a vários níveis da sociedade, reiteramos que não pode ser sempre o trabalhador a ser o mais prejudicado em tempo de crise, como já tinha acontecido em momentos anteriores. Julgamos que, se a empresa assumiu perante os trabalhadores e sindicatos o compromisso de avançar com um aumento nos 2,3%, ele deveria ter sido cumprido sem reservas. Contudo, numa decisão unilateral, a empresa aplicou um aumento salarial de uns irrisórios 0,3%, muito aquém das legítimas expectativas de todos.

No contexto pandémico, o STML reconhece que a empresa conseguiu garantir que nenhum trabalhador tivesse perdido qualquer tipo de remuneração. Facto que também não podemos deixar de valorizar. Contudo, isso não basta. É preciso melhorar efectiva e materialmente todos aqueles que de facto permitiram que a empresa continuasse a laborar num contexto que todos reconhecemos ser ainda mais difícil. Por esta simples razão, devem os trabalhadores terem respostas claras e satisfatórias face às suas expectativas e reivindicações.

Para 2021, o STML propõe um aumento de 90€ para todos os trabalhadores da empresa. Esperamos em tempo oportuno debater com os trabalhadores e iniciar posteriormente com o CA o processo negocial para este ano.

EGEAC – saltar barreiras e fechar a proposta de aumento salarial para 2021

Os tempos que atravessamos têm colocado sérios desafios à Direcção do STML, que não podem ser desvalorizados em medida alguma. Um dos principais, centra-se na maior ou menor capacidade de auscultar os trabalhadores da EGEAC sobre matérias que lhes dizem especial respeito.

Em situações análogas, dentro da normalidade pré-pandemia, estaria o Sindicato a iniciar neste momento o processo negocial com o Conselho de Administração (CA) da empresa com vista a debater e decidir quais os aumentos salariais para o ano agora inaugurado. Contudo, o primeiro passo neste processo obriga impreterivelmente ouvir e considerar a vontade da maioria dos trabalhadores, considerando ser esta uma das matrizes fundamentais para o relacionamento e funcionamento democrático do STML em todas as dimensões equacionáveis, e da qual, obviamente, não abdicamos. Este ‘primeiro passo’ ainda não foi concretizado.

Neste sentido, avalia-se a possibilidade de agendar um plenário geral recorrendo a todos os mecanismos de participação possíveis. Além da presença física de quem assim o entender (respeitando normas de segurança e distanciamento), abrir, em simultâneo, canais de participação virtuais. A opção por uma fórmula combinada poderá ser neste momento o melhor caminho ao envolvimento do maior número de trabalhadores, propondo alcançar o consenso mais alargado possível.

O ponto de partida para a proposta do STML, a debater primeiramente com os trabalhadores, assenta no aumento de 90€ para todos. Esperamos registar e agregar as vontades e opiniões dos que de facto dão corpo e alma a uma das empresas municipais mais importantes da cidade de Lisboa.

Como ‘nota de rodapé’, lembre-se que em 2002, na EGEAC, alcançou-se o primeiro Acordo de Empresa (AE) a nível nacional dentro da realidade da sector empresarial local. Foi o envolvimento responsável e consciente de todos os trabalhadores, coadjuvados pelo STML, o elemento determinante para este passo histórico. Aliás, o AE da EGEAC tem servido ao longo dos anos como referência para outros processos de contratação colectiva, em particular na cidade de Lisboa, como na GEBALIS (AE alcançado em 2017) ou na SRU (com proposta finalizada de AE para debater com o respectivo CA).

É o AE que determina e permite avançar com o processo negocial de revisão anual das tabelas salariais, entenda-se por negociações salariais anuais. São direitos conquistados cuja melhor defesa à sua manutenção e reforço, passa inevitavelmente pelo seu exercício pleno e sem constrições de qualquer ordem. Saibamos contornar criativamente as barreiras que um vírus invisível ajudou a criar.

STML entrega na SRU proposta de Acordo de Empresa

O STML tem estado a trabalhar com os trabalhadores da SRU, desde 2019, na construção de uma primeira proposta de Acordo de Empresa (AE). Dotar a referida organização de um instrumento que permita melhorar a vida profissional, pessoal e familiar dos seus trabalhadores é absolutamente fundamental.

Tal proposta inicial acaba mesmo de ser apresentada pelo nosso Sindicato ao Conselho de Administração da SRU. Um momento com carga histórica e que aconteceu no passado mês de Dezembro.

A exemplo do que estamos a fazer na SRU, o trabalho desenvolvido pelo STML nas diversas empresas municipais tem sido sempre o de garantir e salvaguardar os direitos dos respetivos trabalhadores.

Por norma, os trabalhadores desta realidade setorial são penalizados de forma dupla: por um lado, pela imposição de cortes e restrições à Administração Pública feitos através do Orçamento do Estado e que acabam por ser estendidos às empresas municipais e, por outro, pelas alterações negativas ao Código do Trabalho.

Daí a importância em celebrar um AE, neste caso na SRU, que defenda e proteja os respetivos trabalhadores. A contratação colectiva assume assim uma importância determinante, como elemento unificador e instrumento de estabilização dos direitos adquiridos. Neste contexto, é especialmente importante para o STML garantir um AE que defenda os interesses de todos os trabalhadores, independentemente do vínculo que têm com a empresa municipal SRU.

STML prepara intervenção no MARL

O STML mantém como um dos seus principais objectivos em termos de acção reivindicativa, para o ano de 2021, o aumento contínuo da sua presença e representação nas empresas do sector empresarial municipal de Lisboa.

Com o nosso papel ainda mais reforçado nestes locais de trabalho, acreditamos ser possível salvaguardar os direitos dos trabalhadores, bem como acentuar a exigência da sua justa valorização. É que, apesar de prestarem serviço público, eles estão sujeitos às regras ditadas pelo Código do Trabalho que regula as empresas privadas.

Além das normas impostas por este instrumento legal, os profissionais das empresas municipais também são constantemente fustigados pelas políticas de cortes e restrições aplicadas aos funcionários públicos através do Orçamento do Estado.

A exemplo do que já sucede na EGEAC, GEBALIS e SRU, o STML pretende reforçar a sua actuação junto do MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.

Em funcionamento desde Julho de 2000 e localizado em Loures, o MARL é um centro de abastecimento de produtos agroalimentares que integra o Grupo SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA. Este grupo faz parte do sector empresarial do Estado e gere vários mercados abastecedores nacionais. O MARL tem como accionistas a Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Loures e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, isto para além do SIMAB, que detém o maior peso na estrutura accionista.

A intervenção do STML no MARL, numa primeira fase, passará por criar condições de organização local, ou seja, através dos associados do sindicato já existentes, proceder à eleição de um delegado sindical. A partir daí, conhecer os problemas concretos sobre os quais será necessário intervir junto do Conselho de Administração da empresa. Em termos latos, sabemos que há falta de meios humanos, uma certa desregulação dos horários de trabalho e dos vencimentos, e a inexistência de tabela remuneratória, carreiras, progressões e promoções. Muito trabalho se avizinha, portanto, para os tempos futuros.



LUMIAR

Trabalhadores entregam abaixo-assinado ao Executivo da Junta

A 1 de Outubro, o STML reuniu com o Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar. Muitos foram os compromissos assumidos com o Sindicato, nalguns casos dando resposta a problemas que se arrastavam há anos. Contudo, passado o mês de Outubro, não se vislumbraram as tão prometidas soluções. Por estes motivos, os trabalhadores decidiram durante o mês de Novembro dinamizar um abaixo-assinado onde pontificaram os principais problemas que urge resolver.

A 10 de Dezembro, uma delegação de trabalhadores, em conjunto com o STML, entregaram o referido documento na sede da Junta, recebido pelo Vogal Henrique Sá Melo, junto do qual expressamos o desagrado pelas situações que se arrastam sem resposta.

Passada a época das festas – natal e passagem de ano –, o STML enviou a 8 de Janeiro um pedido de reunião urgente ao Presidente da Freguesia do Lumiar. Aguardamos, no momento em que escrevemos este artigo, uma proposta de data para a sua concretização.

Reproduzimos no essencial o teor do **abaixo-assinado**, sabendo que um dos pontos reivindicados, o **primeiro**, foi entretanto satisfeito. Assim:

Apesar da situação excepcional provocada pela covid-19, os trabalhadores da Junta do Lumiar souberam em todos os momentos garantir o funcionamento dos serviços públicos da freguesia, permitindo fundamentais direitos à sua população. Contudo, vários têm sido os problemas que os têm prejudicado, alguns agravados inclusive pelo contexto pandémico que o país e a cidade de Lisboa atravessam.

No universo escolar da responsabilidade da Junta de Freguesia, evidenciam-se sérias carências a nível do número de trabalhadores necessários a um serviço público de qualidade, quer nas carreiras de assistente operacional, como de assistente técnico. Uma realidade que sobrecarrega os actuais trabalhadores, com um indissociável desgaste físico e psíquico, aos quais se conjugam problemas crescentes no plano da gestão da vida profissional com a vida pessoal e familiar de cada um.

Por outro lado, é comumente aceite a importância na implementação de um conjunto de medidas no campo da prevenção e segurança perante o eventual contágio pela covid-19. Em várias instalações da freguesia, desconhecem-se os respectivos planos de contingência, particularizando as situações onde a higienização e limpeza de espaços comuns é deficitária, ora por falta de materiais adequados ou simplesmente pela inaptidão no seu uso e aplicação.

Em termos mais latos, no âmbito da avaliação de desempenho (SIADAP), muitos foram os trabalhadores que legitimamente reclamaram das notas atribuídas ou solicitaram em alternativa a ponderação curricular. Da eleição da Comissão Paritária no verão de 2019, nenhuma decisão foi ainda assumida, protelando a Junta de Freguesia a resolução dos casos conhecidos, desrespeitando não só as expectativas dos trabalhadores, como as próprias regras, prazos e procedimentos implícitos ao SIADAP. Acresce a situação dos trabalhadores integrados via PREVPAP e dos que viram alterada a sua carreira por mobilidade, ainda sem funções e objectivos determinados no âmbito da avaliação de desempenho.

Apesar dos compromissos assumidos pelo Executivo da Junta de Freguesia na reunião a 1 de Outubro com o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML), visando a resolução de alguns dos problemas referidos, continua a não ser evidente a assunção de medidas concretas nesse sentido.

Pelo exposto, os trabalhadores abaixo-assinados da Junta de Freguesia do Lumiar, exigem:

- 1. A contratação urgente de pessoal, nomeadamente para as escolas, particularizando as CAFs, de forma a garantir um serviço público de qualidade.**
- 2. A realização de ações de formação no campo da higienização e limpeza de instalações e ferramentas de trabalho, de forma a mitigar o eventual risco de contágio pela covid-19.**
- 3. Respostas no menor espaço de tempo possível aos vários pedidos de ponderação curricular, reclamações ou outras situações decorrentes da avaliação de desempenho.**



CAMPOLIDE

Trabalhadores-cantoneiros contestam os horários desfasados

Considerando o contexto pandémico que atravessamos, observou-se em fins de Novembro a alteração aos horários de trabalho na Higiene e Limpeza Urbana de Campolide, através da implementação de horários desfasados. Alteração em causa informada como revelando um carácter provisório e experimental. Contudo, passados cerca de dois meses e meio, os trabalhadores contestam a fórmula adoptada perante os constrangimentos provocados no campo da conciliação da sua vida profissional com a vida pessoal e familiar.

Acresce o disposto no **n.º4**, também da **alínea b) do n.º5**, da **Resolução do Conselho de Ministros n.º87/2020**, nomeadamente sobre a imperatividade da implementação de horários de trabalho desfasados, limitado aos locais de trabalho onde **“se verifique a prestação de trabalho em simultâneo por 50 ou mais trabalhadores”**.

Ora, o número de trabalhadores do sector de actividade referenciado, distribuídos por duas instalações – Posto de Limpeza da Serafina e Posto de Limpeza de Campolide – apresentam números por local de trabalho nunca superior aos referidos cinquenta (50). Acresce a realidade em torno dos problemas criados à conciliação da vida profissional e familiar. Neste sentido, facilmente se conclui que não estão reunidas as condições determinadas pela **Resolução do Conselho de Ministros n.º87/2020** para a implementação de horários de trabalho desfasados.

Foram estas as questões colocadas pelo sindicato aos responsáveis da junta de freguesia, quer informal, quer formalmente através de ofício (de 15 de dezembro). Contudo, chegado o mês de Janeiro, nenhuma alteração foi introduzida pela Junta, mantendo no essencial a realidade que tem suscitado o descontentamento dos trabalhadores. Motivos que justificaram a realização de uma exposição conjunta, a subscrever e a entregar em tempo oportuno ao Executivo pelos cantoneiros de Campolide. O que se exige é a reintrodução dos horários normais de trabalho no mais curto espaço de tempo possível. Na ausência de resposta em tempo útil, decidirão os trabalhadores, com o seu sindicato, formas de luta mais incisivas.

SÃO VICENTE

Após algum impasse foram finalmente distribuídos os novos fardamentos e luvas de trabalho aos trabalhadores da higiene urbana. Foi também substituído o termoacumulador que tinha avariado, aguardando-se a instalação no posto de limpeza de bombas de calor, propondo uma maior eficiência energética.

Estas situações foram acompanhadas de perto pelo STML, tendo contribuído para a aceleração e concretização dos processos. Aguardamos a celebração do Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) já discutido e negociado, garantindo desta forma mais direitos para os trabalhadores desta autarquia.

BEATO

Realizou-se em dezembro, integrado na semana de luta da CGTP-IN, um plenário com os trabalhadores da Higiene Urbana. Este plenário veio colmatar um hiato de tempo com um contacto menos efectivo com estes trabalhadores. O STML registou as suas preocupações com questões de saúde e segurança, nomeadamente algumas carências na sala de refeições. Foi também referida a falta de um Delegado Sindical. Continuamos a aguardar o agendamento de reunião por parte do Executivo, tendo como objetivo principal a renegociação do ACEP em vigor.

AJUDA

No início de Dezembro, realizamos uma visita ao novo Posto de Limpeza situado no Bairro 2 de Maio, que substituiu provisoriamente o Posto da Boa-Hora. Estas instalações e o espaço circundante parecem suficientes para a actividade ali prestada, assim como as condições de habitabilidade. Esperemos que a construção do Posto definitivo (no Bairro do Casalinho) se efectue nos prazos previstos. Após intervenção do STML, foi finalmente aplicada a majoração dos dias de férias relativa ao biénio 2017/18 prevista no ACEP em vigor. Aguardamos resposta do Executivo à nossa proposta de renegociação do ACEP, que prevê, na matéria supramencionada, a atribuição de mais 3 dias de férias a todos os trabalhadores com avaliação positiva.

ALCÂNTARA

Visitamos igualmente o novo Posto de Limpeza desta Freguesia, situado nas instalações do Pavilhão Desportivo da Ajuda. Uma alteração que vem finalmente substituir o Posto situado na Rua 1º de Maio, um dos mais degradados da cidade (em contentores há vários anos). Aquando da visita, ainda decorriam as obras necessárias nas áreas dedicadas ao arrumo das máquinas e ferramentas, faltando nas áreas para a toma de refeições, a colocação de pavimento adequado. Registam-se, no entanto, melhorias visíveis tanto nos balneários masculino e feminino, ambos com espaço adequado, na área das refeições, assim como no espaço exterior com boa capacidade de estacionamento para as viaturas de serviço.



As opções e linhas gerais prioritizadas pelo Governo no OE2021

O Orçamento do Estado (OE) para 2021 não responde às necessidades dos trabalhadores e do País, embora contenha algumas medidas que, de forma muito insuficiente, vêm ao encontro das reivindicações dos sindicatos da CGTP-IN.

Das medidas positivas que constam do OE/2021, destacam-se:

1. A actualização extraordinária de pensões (10€) aplicável apenas aos pensionistas cujo montante global de pensão seja igual ou inferior a 658,20€, a partir de dia 1 de janeiro de 2021.
2. Eliminação da penalização resultante da aplicação factor de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social para várias profissões.
3. Majoração do limite mínimo do subsídio de desemprego para 504,60€. Os períodos da sua concessão que terminem em 2021, são excepcionalmente prolongados por seis meses.
4. Os trabalhadores abrangidos pelo regime do *layoff* simplificado e pelo regime da retoma progressiva, têm direito ao pagamento integral da sua retribuição normal ilíquida, até um valor igual ao triplo do salário mínimo (1.995€).
5. Gratuidade da frequência de creche é alargada a todas as crianças que frequentem creches públicas e cujo agregado familiar pertença ao segundo escalão de rendimentos de com-participação familiar (entre 30% e 50% do salário mínimo).
6. Garantia de acesso aos serviços essenciais (água, electricidade, gás, comunicações electrónicas) durante o 1º semestre de 2021, quando motivada por situação de desemprego ou quebra de rendimentos do agregado familiar igual ou superior a 20% ou infecção pela doença COVID 19 – Durante o 1º semestre de 2021.
7. Atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade aos trabalhadores das autarquias locais. Ficando, no entanto, aquém das expectativas e necessidades destes trabalhadores. Monetariamente insuficiente, exclui o risco e é limitado à carreira de Assistente Operacional e a um leque reduzido de actividades.

8. No actual contexto, ganha particular relevância a dotação, ainda que insuficiente, do Serviço Nacional de Saúde dos meios materiais e humanos necessários, com o reforço financeiro capaz de garantir os cuidados de saúde indispensáveis à população, nomeadamente os cuidados primários, essencial no campo da prevenção da doença (não apenas da Covid-19) e da promoção da saúde.

Ressaltam neste OE, dotações que devido às carências e necessidades dos trabalhadores e do país, são de todo inaceitáveis. É o caso dos juros e outros encargos com a dívida pública, que o Governo estima gastar 7.279 milhões de euros. Com as Parcerias Público-Privado (PPP), o Estado vai gastar 1.548 milhões de euros, dos quais 1.218 milhões dizem respeito às PPP rodoviárias. Em 'Aquisição de Bens e Serviços' (onde se incluem muitos serviços de consultadoria e outras aquisições de serviços), há um aumento de 9,1% (+1.272 milhões de euros).

Conclui-se que o Governo prefere pagar anualmente milhares de milhões de euros de juros da dívida pública em vez de a renegociar (nos seus prazos, montantes e juros); prefere entregar anualmente aos grandes grupos económicos, donos das Concessões Rodoviárias, milhares de milhões de euros em vez de tomar posse das mesmas; e prefere aumentar mais, em termos absolutos e relativos, as *Aquisições de Bens e Serviços e as Outras Despesas Correntes* neste ano, do que aumentar os salários da Administração Pública, congelados desde 2009.

Nesta última rubrica estão incluídos contratos com empresas de trabalho temporário, consultadoria jurídica, sociedades de advogados, empresas de vigilância privada ou empresas de serviços de informática. Serviços que poderiam e deveriam ser desempenhados pelos trabalhadores da administração pública, sendo as verbas despendidas nestas externalizações, aplicadas na valorização dos seus salários e carreiras, na contratação dos meios humanos necessários e no investimento nos serviços.

Frente Comum reúne com Governo sobre aumentos salariais, entre outras matérias.



Tiveram lugar em Janeiro três reuniões entre o Governo e a Frente Comum, tendo como tema principal os aumentos salariais para os trabalhadores da Administração Pública (AP). A primeira realizada a 6 de Janeiro contou com a presença dos Secretários de Estado da Administração Pública (SEAP) e do Adjunto dos Assuntos Fiscais (SEAAF).

No início da reunião foram entregues as propostas de decreto-lei sobre os aumentos salariais e de alteração à Portaria 125-A/2019, sobre procedimentos concursais de admissão para a AP.

O SEAP começou por abordar os aumentos salariais, informando que, na sequência do aumento da retribuição mínima mensal garantida, a 4.ª posição remuneratória (645,07€), passa para 665,00€ e a 5ª posição remuneratória (693,13€) para 703,13€.

A Frente Comum afirmou que tais aumentos não correspondem às necessidades e reivindicações dos trabalhadores da AP, porquanto a maioria dos trabalhadores ficará sem aumento salarial. Continua a subverter a Tabela Remuneratória Única (TRU), uma vez que o aumento da posição de entrada para a AP, não tem repercussões na tabela, continuando a violar a lei quanto à sua proporcionalidade.

O SEAAF referiu que 2021 será um ano de contracção económica, com a inflação estimada próxima de 0%, considerando que são os aumentos possíveis, tendo em conta o plano de contratações de trabalhadores para a AP.

Sobre as alterações à Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a Frente Comum, espera que a agilização de procedimentos corresponda à agilização de recrutamento.

A segunda reunião decorreu também no dia 6 de Janeiro, e contou com a presença da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP). Começou por informar que para além das alterações salariais comunicadas na reunião anterior, serão abrangidas a 6ª (740,26€) e 7ª (791,91€) posições remuneratórias, com um aumento de 10,00€.

A Frente Comum sublinhou que apesar desta evolução, os aumentos salariais propostos pelo Governo para 2021, são manifestamente insuficientes. Nos valores anunciados e a quantidade

de trabalhadores (a maioria), mais uma vez, não terão qualquer aumento! Em contraponto, o Governo prevê despender verbas avultadas em aquisição de serviços externos, com os juros da dívida pública ou as PPP.

A Frente Comum propôs a discussão no primeiro semestre a alteração da TRU, carreiras e SIADAP e, no 2º semestre, as restantes matérias da PRC 2021, ficando de enviar uma proposta de calendarização. Foi ainda pedido a negociação suplementar.

A Frente Comum voltou a questionar sobre o atraso na publicação de ACEPs. O SEAP informou que estão a trabalhar para resolver o problema na origem – orçamento/cabimentação.

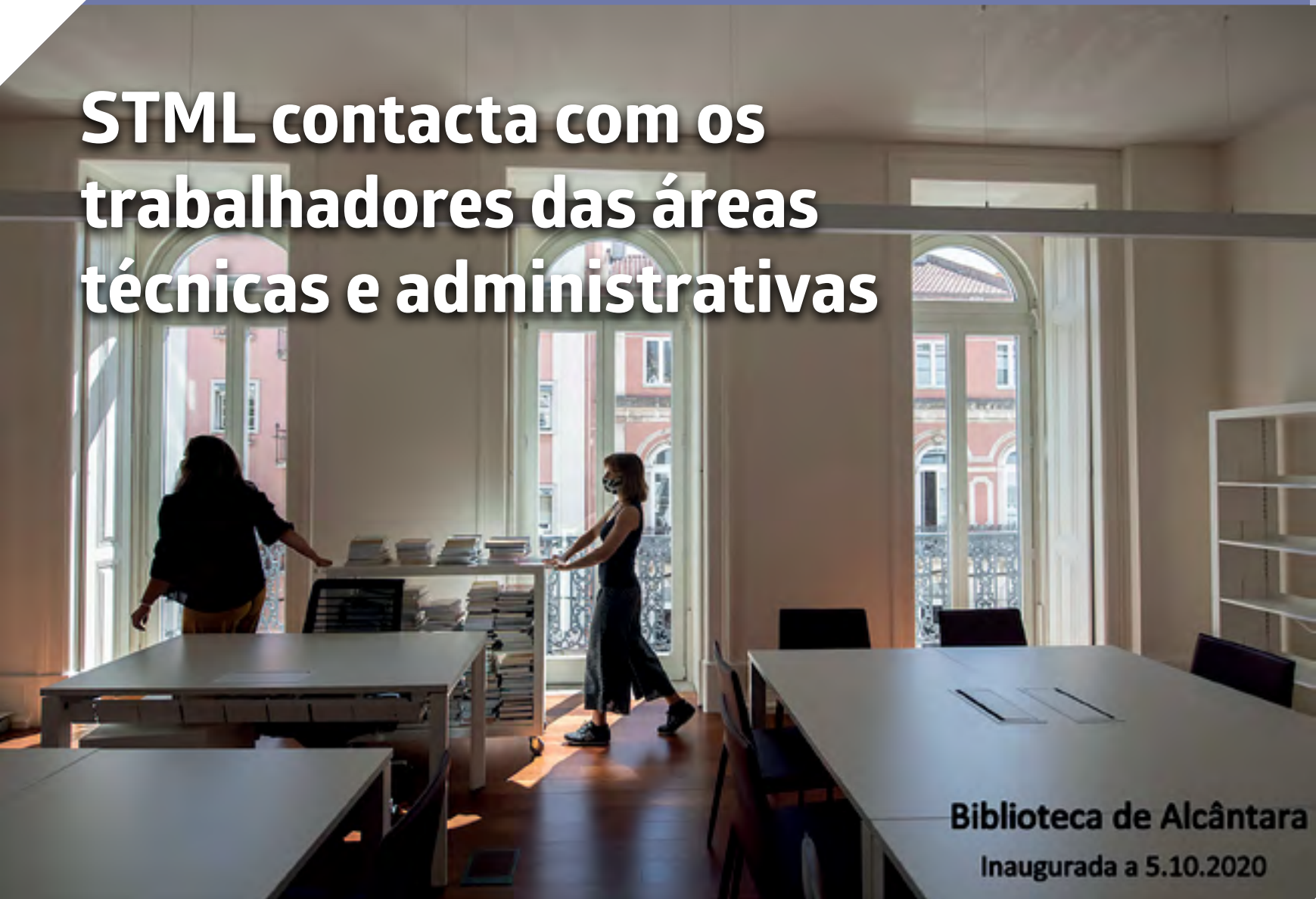
No dia 12 de Janeiro, teve lugar a reunião de negociação suplementar, estando presentes em representação do Governo os Secretários de Estado da Administração Pública (SEAP) e o do Tesouro (SET).

Quanto à matéria principal, aumentos salariais para os trabalhadores da AP, não houve qualquer evolução, sendo repetidos por parte do SEAP, os argumentos já conhecidos. Tendo concluído a Frente Comum a injustiça que significa para cerca de 500 mil trabalhadores, que mais uma vez ficam sem aumento salarial. E mesmo para aqueles que serão alvo dos aumentos previstos, cerca de 148 mil, ficam muito aquém do necessário.

Quanto à calendarização de reuniões para a discussão das matérias propostas pela Frente Comum, o SEAP comprometeu-se a debater o sistema de avaliação SIADAP no primeiro semestre, iniciando-se este processo em Março. Questionado sobre a discussão sobre as Carreiras e TRU, o SEAP referiu que na discussão que vai decorrer sobre o SIADAP, haverá pontos de interferência com as carreiras profissionais e com reflexo na TRU, o restante será agendado posteriormente.

A Frente Comum e os trabalhadores, não desistirão de exigir a discussão de todas as matérias que constam da PRC para 2021. Importa neste sentido estarmos mobilizados para a luta por estas reivindicações, começando pela exigência de salários dignos para todos os trabalhadores do sector público.

STML contacta com os trabalhadores das áreas técnicas e administrativas



Dando continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Sindicato junto destas áreas profissionais, foi possível contactar os trabalhadores do Edifício do Campo Grande, em Dezembro, e das bibliotecas de Alcântara e das Galveias, em Janeiro. Decretado pelo Governo novo estado de emergência ao qual se associou a imposição do confinamento geral, fomos obrigados a adiar as visitas planeadas para a segunda quinzena de Janeiro e Fevereiro.

Contudo, à margem das dificuldades em conhecer e intervir sobre os problemas concretos que afectam os trabalhadores das mais variadas áreas de actividade do município, de natureza técnica e administrativa nestes casos, o STML não deixou de questionar os responsáveis da CML sobre os mais variados assuntos.

Neste plano, sobressai a matéria do teletrabalho, em processo que se arrasta há vários meses. Referimo-nos concretamente à regulação desta forma de organizar o trabalho, através de uma *adenda* ao contrato de trabalho em funções públicas, permitindo, neste sentido, responsabilizar, definir e enquadrar os vários problemas que se colocam a quem tem que trabalhar a partir de casa. Tópicos que mais uma vez alertamos como, por exemplo, os meios e custos de produção; as condições e horários de trabalho; os acidentes de trabalho e doenças profissionais; os riscos psicossociais; a formação profissional em termos multidimensionais, entre outras matérias.

O STML continua atento a esta nova realidade que, justificada pelo contexto pandémico que atravessamos, assumida como proteção dos trabalhadores face ao risco de contágio, secundariza por este mesmo motivo, as referidas matérias que urge regulamentar.

Caso paradigmático foi o que tivemos durante o mês de Janeiro. Tratou-se de um mês de temperaturas extremamente baixas, obrigando a todos os que estão a trabalhar em casa a recorrer a um aquecimento extraordinário, na maior parte dos casos em habitações precárias em termos de construção e isolamento. Naturalmente, os custos com energia, de eletricidade e gás maioritariamente, aumentaram enormemente.

Mesmo que o Governo decida ajudar nestes custos extraordinários (declarações na comunicação social que ainda não revelaram expressão concreta), a verdade é que desde Março que milhares de trabalhadores estão no seu domicílio a consumir níveis energéticos bem diferentes aos que estavam habituados sem, contudo, terem algum tipo de compensação.

A ajuda pontual do Governo neste período específico do ano (a confirmar-se para os meses mais frios da época de inverno) deve-se acrescentar a decisão permanente da CML em assumir os custos suplementares com estes novos consumos para quem está em teletrabalho. Em termos latos, referimo-nos às despesas que passaram do empregador para a alçada do trabalhador.

Para concluir, afirmar a total disponibilidade do STML em comunicar (em termos presenciais, virtuais ou combinando as duas variáveis), procurando informar e esclarecer por todos os meios possíveis os trabalhadores que representa. A defesa dos seus direitos e interesses norteiam obviamente a acção e intervenção do Sindicato, mesmo num contexto em que o contacto 'ao vivo e a cores' se torna mais complicado, mas o mesmo não é dizer impossível.

Para eventuais dúvidas, não hesitem em contactar o nosso, o vosso Sindicato através do email stml@stml.pt



Foto de arquivo

2021: Ano Novo... Vida Nova?!

O ano que terminou, que não deixa saudades, provocou uma interrupção irreparável no curso das nossas vidas, tanto mais grave quanto é certo que já não temos todo o tempo do mundo à nossa frente.

Afectou relações intrafamiliares e sociais, prejudicou o nosso envolvimento associativo e sindical. No plano da Comissão de Reformados, tivemos a última reunião a 19 de Fevereiro de 2020 e as visitas culturais foram canceladas. A retoma da actividade regular tem sido protelada, por não estarem reunidas as condições de segurança que a saúde dos nossos associados merece e impõe, nomeadamente a necessidade de recurso a transportes públicos que muitas vezes não têm sido satisfatórios, em quantidade e higiene. Há que ter presente que pertencemos a uma faixa etária avançada, a mais penalizada pela pandemia. Sem prejuízo de alguns de nós, avaliando as suas condições físicas e observando todas as regras impostas pelas autoridades sanitárias, terem exercido os seus direitos de cidadania, ao longo de 2020, participando em acções de natureza sindical, políticas e culturais, responsabilmente organizadas e coordenadas.

Apesar da manutenção dos contactos telefónicos e mensagens, a verdade é que nada substitui o calor humano que só a proximidade permite. Sentimos a falta das reuniões, onde discutimos a situação político-sindical, as medidas do governo relacionadas com pensões e reformas, as reivindicações mais gerais inseridas na luta da CGTP-IN na qual participávamos frequentemente. Mas também do convívio, das experiências e recordações partilhadas, da participação em iniciativas do nosso Sindicato, nos piqueniques, nas jornadas e almoços da Inter-Reformados, das visitas a locais de interesse comum.

Entretanto, têm-se banalizado os sucessivos estados de emergência, com uma série de restrições às liberdades cívicas, e escassos resultados na contenção da pandemia. Sem pôr em causa a necessidade de medidas que procurem estancar a disseminação do vírus, não podemos aceitar que as mesmas se restrinjam à retirada de direitos. Urge reforçar a capacidade de resposta do SNS e sua adequada articulação com a Segurança Social. Falta eficácia no controlo público de gestão dos lares de idosos. É urgente proteger quem se encontra em maior risco, os idosos em geral e os residentes em lares em especial. É necessário reforçar os meios destas instituições nas adequadas quantidades, qualificação e remuneração dos seus recursos humanos, garantindo condições adequadas ao seu funcionamento. É necessário reforçar o apoio domiciliário aos idosos isolados.

E se o ano de 2020 terminou com a esperança de um retorno a uma certa normalidade graças ao início do processo de vacinação contra a Covid-19, também é verdade que o começo, muito frio, do novo ano está já ensombrado com um recrudescimento da pandemia, com números agravados de contágios e de mortes, colocando em situação crítica os serviços de saúde e impondo-nos mais um período de maior isolamento.

E é já no próximo dia 24 de Janeiro que teremos oportunidade e obrigação de intervir eleitoralmente, dando força a quem se compromete com a efectiva defesa dos nossos direitos consignados na Constituição da República Portuguesa e derrotando os projetos de direita e antidemocráticos que ameaçam a nossa democracia.



Semana de Luta da CGTP-IN

Realizamos esta semana de luta, em todos os sectores e por todo o país, partindo dos problemas concretos que se sentem nos locais de trabalho, apresentando a nossas reivindicações, as nossas propostas e soluções.

Uma resposta que tem de ser dada ao nível de cada empresa onde são negados direitos e não são atendidas as justas reivindicações dos trabalhadores, em articulação com o plano mais geral, ao nível das opções do PS e do Governo que continua a favorecer o grande capital, facultando-lhe instrumentos para acentuar a exploração e não garantindo o emprego, os salários, os direitos dos trabalhadores.

Uma resposta que esta semana de ação e luta em todos os sectores dá, continuando a intensa intervenção e luta reivindicativa que os trabalhadores, organizados e mobilizados pelos sindicatos da CGTP-IN, têm vindo a desenvolver e que prosseguirá.

Luta que confrontou as empresas, as associações patronais, o Governo, a Assembleia da República, com enorme expressão em centenas de greves, paralisações, plenários, reuniões, concentrações, desfiles, manifestações, ações de denúncia, na indústria metalúrgica, metalomecânica e minas, cerâmica e vidro, têxtil, vestuário e calçado, no sector automóvel, nas pescas, na agricultura, alimentação, hotelaria, restauração e bebidas, nas grandes empresas da distribuição e no pequeno comércio, nos serviços, nas indústrias elétricas, nas IPSS e Misericórdias, nos sectores da vigilância e limpeza, dos profissionais do serviço nacional de saúde, na autarquias e empresas municipais, nos transportes e comunicações, na comunicação social, na administração pública central, regional e local, nos centros de contacto (*call centers*), na banca, nos seguros, os professores e em tantos, tantos outros.

Luta que afirma o exercício da liberdade e atividade sindical não permitindo a sua limitação nem cerceamento! Os direitos têm de ser exercidos!

Luta pelo aumento dos salários, pela negociação da contratação coletiva e dos cadernos reivindicativos e exigência da revogação da norma da caducidade das convenções, pela redução do horário de trabalho e contra os bancos de horas, laboração contínua e outras formas de desregulação dos horários, luta pela passagem a efetivos e contra os despedimentos arbitrários dos trabalhadores com vínculos precários com a desculpa da epidemia, luta contra os despedimentos coletivos e em defesa dos postos de trabalho, de exigência do cumprimento dos direitos dos trabalhadores, garantia da proteção da saúde dos trabalhadores, defesa do investimento nos serviços públicos e nas Funções Sociais do Estado.

Luta contra todos os aproveitamentos da epidemia para aumentar a exploração. As nossas reivindicações são condição fundamental para a melhoria das condições de vida e de trabalho e para o desenvolvimento do país!

Em áreas fundamentais ao desenvolvimento da economia, como no caso da TAP, evidencia-se a inaceitável submissão aos ditames de Bruxelas e a lógica dos cortes nos salários, dos despedimentos e da suspensão de direitos, desde logo da contratação coletiva!

Mantêm-se e acrescentaram-se formas para a desregulação dos horários, com a tentativa da generalização da aplicação dos bancos de horas, instrumento para usar e abusar de trabalho gratuito, determinado pelo patrão que define quais os dias em que se trabalham 10 ou 12 horas, sem ter de desembolsar um cêntimo para o pagamento do trabalho extraordinário prestado! Intensifica-se a pressão para a laboração contínua, alargam-se os períodos de funcionamento dos estabelecimentos, com a única justificação da maximização do lucro, com a imposição do trabalho por turnos e ao fim-de-semana, com as conseqüentes e negativas implicações na saúde e na vida dos trabalhadores.



de 7 a 11 Dezembro

A precariedade, com as muitas formas de contratar a prazo a que se junta um período experimental dilatado a 6 meses, confirma-se como uma antecâmara do desemprego. São os trabalhadores a quem é negado o trabalho com direitos, os primeiros a engrossar os números do desemprego aos quais se começam a somar os das empresas que recorreram ao lay-off e, passado o período de carência, se descartam agora dos trabalhadores, com despedimentos coletivos.

Os serviços públicos e as funções sociais do Estado, depois de décadas de ataque, de sangria, de desinvestimento, exigem hoje uma aposta robusta, com a contratação de muitos mais trabalhadores e a um verdadeiro investimento em meios e equipamentos que assegurem a capacidade de resposta, na saúde, na educação, da segurança social e em todos os serviços públicos.

Conseguimos ver consagrado o direito ao pagamento a 100% dos trabalhadores em lay-off, mas também o subsídio de insalubridade, penosidade e risco. Foi a nossa ação e intervenção que permitiu estes avanços. Agora, é preciso exigir a sua concretização! Será também com a luta que conseguiremos o aumento geral dos salários, partido da reivindicação de 90€ para todos em 2021.

O aumento geral dos salários é uma condição para elevação das condições de vida, para a valorização do trabalho e das profissões, para repor alguma justiça na repartição da riqueza, para colocar Portugal numa rota de mais rápida recuperação económica. Mais salário implica mais consumo, mais vendas para as empresas, mais emprego, mais crescimento económico! Não podemos, não aceitamos, voltar aos tempos da troika!

Não são os salários e o seu aumento o entrave ao crescimento económico, são os lucros obscenos, os colossais dividendos e as rendas garantidas que só beneficiam uma pequena minoria, o travão ao desenvolvimento do país!

Não aceitamos que em tempos de recordes da especulação bolsista, se insista em travar o crescimento dos salários e, desse logo, do SMN que tem de atingir os 850€ a curto prazo. Por uma questão de justiça, como fator de desenvolvimento! O valor adiantado pelo governo para o aumento do SMN em 30€, quando ainda há dias, por toda a parte, se dizia ser inevitável uma subida mais curta, se não mesmo um novo congelamento do SMN, demonstra que é possível ir mais longe! É um aumento insuficiente, aquém das possibilidades e das necessidades e que não pode ser sujeito a contrapartidas. O país não pode ficar refém das pressões patronais, dos que nunca aceitaram o aumento do SMN, dos que se opõem sempre, apesar dos custos com pessoal representarem menos de 15% dos custos totais das empresas.

A luta saiu à rua em Lisboa a 11 de dezembro...

Culminando uma semana intensa de luta que percorreu várias regiões do país envolvendo trabalhadores de inúmeros setores de atividade, do público ao privado, realizou-se em Lisboa a 11 de dezembro, uma manifestação promovida pela USL/CGTP-IN. Nos objetivos deste protesto, a melhoria dos salários, a reposição de direitos e o respeito pelas condições de trabalho.

Do Campo Pequeno à Praça de Londres, onde se situa o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, foram centenas os ativistas, delegados e dirigentes sindicais, também bastantes trabalhadores, que fizeram ouvir as suas reivindicações. Com distanciamento e segurança, relembrou-se que os direitos de quem trabalha não podem ser confinados.

O STML marcou igualmente presença através da sua estrutura sindical. O frio chegou em dezembro, mas não arrefeceu a justiça da luta de quem exige uma vida melhor. Caminho que continuará a ser trilhado inevitavelmente.



Portugal assume a Presidência do Conselho da União Europeia – Posição da CGTP-IN

A presidência portuguesa do Conselho da União Europeia (UE), que decorre no primeiro semestre de 2021, começa com muitas incertezas quanto à evolução da pandemia da Covid-19 e, consequentemente, com o agravamento da situação económica e social do País.

Pondo a nu as consequências de décadas de política antisociais e anti laborais, a pandemia contribuiu ainda mais para a intensificação da exploração dos trabalhadores. A realidade construída ao longo dos anos por PS/PSD/CDS, descreve-nos um cenário quase crónico de baixos salários, de aumento paulatino do trabalho precário, no ataque e diminuição da contratação coletiva, no desinvestimento nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado.

É necessário garantir os direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e do País. É necessário exigir que as verbas, do Plano de Recuperação ou do Orçamento da UE, sejam consideradas como subsídios a fundo perdido e utilizadas segundo as prioridades decididas por cada Nação, concentradas no investimento público, no aumento da produção nacional, na manutenção e criação de emprego com direitos, na melhoria dos serviços públicos e funções sociais do Estado.

As respostas aos nossos problemas passam necessariamente por uma política de justiça social e por uma mais justa distribuição da riqueza. Um rumo que se confronta com a política de submissão à UE. A CGTP-IN apela ao reforço da luta pela afirmação da vontade soberana dos trabalhadores, do povo e do País, quando dela depende a resposta às suas justas reivindicações de aumento dos salários e pensões, de um verdadeiro combate à precariedade, da dinamização da contratação coletiva, da redução dos horários de trabalho e o combate à sua desregulação, do investimento na produção nacional e nos serviços públicos e funções sociais do estado, na valorização dos seus profissionais, negando as orientações que visam a privatização destes sectores ou o financiamento público aos grupos privados.

Estas são justas reivindicações que não só mantêm atualidade, como ganham premência no quadro da Presidência Portuguesa do Conselho da UE.

Os afectos esquecidos do presidente Marcelo

Através do espalhafato mediático, Marcelo Rebelo de Sousa cultivou ao longo dos cinco anos de mandato na Presidência da República, uma assinalável onda de popularidade. Porém, houve questões essenciais que não mereceram a mesma atenção do autointitulado “presidente dos afectos”. Aliás, foram mesmo votadas ao desprezo.

Não nos querendo debruçar sobre o “estilo” com que o presidente Marcelo exerceu o mandato, nem como esse modo de fazer “coisas” terá distraído a generalidade dos cidadãos do modo como o presidente se posicionou perante algumas questões de fundo, importa lembrar que na distribuição de “afectos” Marcelo Rebelo de Sousa esteve sempre mais próximo do capital do que dos trabalhadores.

Para começar, Marcelo foi um cúmplice activo do governo e da maioria de direita que se formou no Parlamento para fazer aprovar as medidas mais gravosas da legislação laboral em vigor. Perante os constantes ataques da especulação imobiliária e da embriaguez dos anos dourados do turismo, Marcelo esqueceu que milhares de cidadãos viram as suas habitações acoissadas pela ganância e pelo lucro fácil, nunca sendo uma voz activa na defesa das muitas centenas de reformados que perdiam a casa de uma vida ou dos jovens que simplesmente desistiram de procurar casa nos centros das cidades, porque os valores de renda, ou da compra, foram escandalosamente inflacionados. Na Saúde, Marcelo caucionou sempre os interesses privados dos grandes grupos económicos que aí operam, não acautelando com o mesmo vigor o reforço urgente do investimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS), terrivelmente depauperado pelas políticas da direita e da troika.

Com a pandemia, estas opções do presidente Marcelo têm um impacto ainda mais visível. A fragilidade laboral que afecta, sobretudo, os mais jovens; o problema da habitação, que se verifica com maior incidência nas grandes cidades; ou a luta extenuante dos profissionais de saúde, que nas unidades hospitalares lutam para minimizar os efeitos directos e colaterais da Covid-19 perante a escassez de meios humanos e logísticos, são apenas três exemplos muito evidentes, e dramáticos, que a leitura “leve” dos poderes constitucionais aliada a uma magistratura de influência que toma partido de onde pende o poder económico, em detrimento da generalidade dos cidadãos, não pode ser compatível com o exercício do mandato de um presidente da república verdadeiramente implicado com a Constituição e, consequentemente, com os interesses de todos os portugueses.

Nas eleições de 24 de Janeiro, das quais já saberemos os resultados quando este Boletim chegar às mãos dos nossos associados, podemos, e devemos, deixar bem claro que aquilo que exigimos é o compromisso expresso com políticas que possam tornar Portugal um país mais justo, mais solidário e mais desenvolvido.



PR' 21

ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS 2021
24 DE JANEIRO

A importância em exercer o direito de voto nas Eleições para a Presidência da República

As eleições de dia 24 de janeiro para a Presidência da República, num contexto complexo que obriga à assunção por parte do Governo de um conjunto de medidas que salvaguardem a segurança e saúde de todos aqueles que optem por exercer o seu direito de voto, revelam uma importância maior.

A democracia e os direitos políticos implícitos não podem ser desvalorizados e muito menos “confinados”. Virar costas, cedendo ao medo e alimentando a abstenção, prejudica quem há muito reivindica melhores condições de vida, de trabalho e do trabalho com direitos, em suma, quem aspira a um presente e um futuro dignos.

A abstenção, por outro lado, contribui para que tudo se mantenha na mesma, não favorecendo as transformações que todos desejamos em coerência com a Constituição da República Portuguesa (CRP), lei fundamental do país que nos seus princípios basilares, destacam-se os que protegem os trabalhadores, os jovens, as mulheres ou os mais desfavorecidos e propõe caminhos para um Portugal desenvolvido, igualitário, justo e mais humano. É esta Constituição que falta cumprir!

Defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição

É este o mote essencial que norteia o papel do Presidente da República. Sabemos, contudo, o desfasamento entre o juramento obrigatório realizado no acto da tomada de posse e as opções políticas assumidas pelas várias personalidades que ao longo do tempo têm ocupado este cargo no Portugal nascido da Revolução de Abril.

No momento em que escrevemos este artigo, entra-se na recta final da campanha eleitoral. Mas quem acompanhou os vários debates, quem se apercebeu das propostas e soluções para os

problemas do país e dos portugueses, quem entendeu o papel, competências e responsabilidades do Presidente da República, facilmente optará pelo candidato certo, comprometido imperativamente com a Constituição. Outro caminho que não este agravará inevitavelmente a vida dos portugueses e em particular de quem trabalha.

Seja pelo mecanismo do voto antecipado ou presencialmente no dia das eleições, cada português deverá assumir a sua responsabilidade no processo de construção do país desejado, entenda-se em termos mais latos, soberano, independente, democrático e desenvolvido.

Aguardaremos com serenidade os resultados finais, não embalando em sondagens e opiniões que na maior parte das vezes se outorgam arrogantemente o direito de pré-definirem quem será o candidato mais votado, desprezando, desvalorizando e principalmente influenciado o livre-arbítrio dos eleitores portugueses, considerando que são *estes* e nenhum outro quem decide quem será o Presidente da República para os próximos cinco anos. As sondagens não votam! Essa responsabilidade cabe, exclusivamente e em consciência, a cada um.

Por último, independentemente de quem ocupe este cargo para o próximo mandato, a Direcção do STML continuará empenhada em representar e defender os interesses, direitos e expectativas dos trabalhadores do município de Lisboa, estejam sob alçada de uma junta de freguesia, câmara ou empresa municipal. Nesta fase, é a única garantia possível num momento em que corremos o risco de retroceder em inúmeras dimensões da vida individual e colectiva, de cada um e de todos. Saibamos estar à altura dos desafios, sanitários, políticos e laborais, que actualmente enfrentamos. Com confiança, unidade, determinação e luta.



Tentativa de golpe de Estado? Guerra civil no horizonte? Na lama as referências democráticas do ‘mundo ocidental’

Tempos conturbados vivem-se nos Estados Unidos da América (EUA). O mandato presidencial assumido por Donald Trump em Janeiro de 2017 chegou ao fim. Assim determinaram os resultados eleitorais de Novembro último que decidiram um novo presidente. Para 20 de Janeiro, data para a tomada de posse, prevê-se a entrada em funções de Joe Biden.

Dos formalismos do sistema norte-americano à convulsão que o presidente cessante tem assumido e alimentado despuadoradamente, em sucessivos apelos à violência, eleva-se um horizonte carregado de incerteza que nos deve suscitar enorme preocupação.

Tudo o que acontece em solo estadunidense transporta normalmente repercussões para este lado do oceano. Quem se pode esquecer da crise do *subprime* dos EUA (concessão de empréstimos hipotecários de alto risco) que originou a crise financeira de 2008, tendo como consequência mais nefasta no nosso país (para não referir outros exemplos por esse mundo fora), a submissão aos ditames da troika pela mão de um governo que conseguiu ser inclusive mais ‘papista que o papa’ (do PSD/CD-S-PP). A austeridade tornou-se palavra corrente e ainda hoje pagamos a respectiva factura.

A invasão do Capitólio a 6 de Janeiro deste ano, a ‘casa da democracia’ norte-americana, revelou uma cumplicidade activa entre apoiantes, forças de segurança e o próprio presidente derrotado nas últimas eleições. Cinco vítimas mortais e dezenas de feridos, marca este episódio de uma natureza inédita na História dos EUA.

Sem entrar no imbróglcio que é o sistema político e eleitoral do ‘gigante do norte’, que pouco se vislumbra de democrático na óptica do “poder do povo, pelo povo e para o povo”, segundo as palavras das suas próprias figuras históricas, nomeadamente as proferidas em 1863 pelo presidente republicano Abraham Lincoln, mais importante é perceber e sublinhar a força que ideias anti-democráticas, conservadoras, retrógradas e fascizantes começam a ganhar no país que se afirma constantemente como o guarda-mor da democracia e da liberdade no mundo.

As opções políticas e os factos sucessivamente acumulados durante a presidência republicana de Donald Trump, de uma postura constantemente anti-democrática e ofensiva às suas próprias instituições, demonstram para além de tudo, um total desrespeito pelos direitos humanos (caso evidente no tratamento dos imigrantes, onde as crianças, separadas brutalmente dos seus pais, foram encarceradas em jaulas); de um exacerbar dos preconceitos xenófobos numa sociedade estrutural e institucionalmente racista (uma pesquisa da Universidade de Harvard de Julho de 2020, refere que os afro-americanos têm três vezes mais probabilidade de morrer por tiros ou pelas acções de agentes de segurança); no aumento das desigualdades económico-sociais, agravando o fosso entre os mais ricos e os mais pobres (os EUA são um dos países mais desiguais do mundo), entre outras realidades de difícil compreensão.

No plano externo, os últimos anos consolidaram a tradição do Estado militarista que avidamente procura manter e/ou aumentar o seu império de poder e influência. Os autodenominados ‘polícias do mundo’ assumem, directa ou indirectamente, a responsabilidade pela imensa maioria dos conflitos internacionais (pela África Central, Norte de África e Médio Oriente, Ásia, América Latina, Balcãs...), favorecendo e alimentando guerras e guerrilhas, embargos e sanções, em suma, pobreza, miséria e morte. A política sustentada na guerra preventiva, na intervenção militar de carácter “humanitário”, desfraldando em simultâneo e sistematicamente a bandeira dos direitos humanos, liberdade e democracia, demonstram, se dúvidas houvesse, o cinismo e a hipocrisia daqueles que afirmam defender o modelo de civilização ocidental com armas na mão e bombardeando sem discriminação onde e como julgam necessário. Desprezam o direito dos povos em decidirem, sem ingerência de qualquer tipo, o seu próprio destino, negam-lhes neste sentido, vezes sem conta, o direito à sua auto-determinação e independência. Arrepiam e contrariam sucessivamente o estipulado no Direito Internacional, ignoram as deliberações e resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), fazem-se cegos, surdos e mudos às decisões e condenações do Tribunal Internacional de Justiça, nunca respondendo pelos crimes imputados numa lista de ofensas que não tem parado de crescer.

Quer em termos internos, quer em termos de projecção internacional, é este modelo de sociedade que agora se despe aos nossos olhos, sem filtros, revelando a sua natureza crua, fria e desumana. Um Estado, um país, onde o poder de facto reside no poderoso complexo industrial-financeiro-militar, sendo a ‘democracia’ palavra vazia de conteúdo, caso se torne um obstáculo aos seus interesses. Aposta-se agora em Biden em detrimento de Trump.

Contudo, Donald Trump e os seus apoiantes, entre os quais o KKK*, neonazistas e fascistas, têm uma nova visão do “sonho americano”, onde a democracia propagandeada não tem correspondência na prática em nenhuma dimensão da vida social, económica, política e cultural deste país. Afamado por ser a terra de todas as oportunidades, mostra-se agora despido de todos os seus mitos fundacionais. O rei vai nu, de facto. E os perigos para o mundo são imensos. Caberá ao povo norte-americano encontrar os caminhos que o liberte das amarras que há décadas os empurram para o obscurantismo.

* Ku Klux Klan (“o Klan”) é o nome de três movimentos distintos dos EUA, passados e actuais, que defendem correntes reacionárias e extremistas, tais como a supremacia branca, o nacionalismo branco, a anti-imigração, historicamente expressos através do terrorismo. Todos os três movimentos têm clamado pela “purificação” da sociedade estadunidense e todos são considerados organizações de extrema-direita.



Em Maio realizam-se as eleições para a Direcção do STML (2021-2025)

No final do mês de Maio terão lugar as eleições para os Corpos Gerentes do STML, quadriénio 2021-2025. Este é um acto da maior importância na vida do nosso Sindicato, a principal e mais representativa organização dos trabalhadores do Município de Lisboa, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais.

É um momento que deverá merecer de todos os associados uma atenção especial, considerando a sua importância. Procurar-se-á, no essencial, reforçar, renovar e rejuvenescer o Sindicato para melhor intervir no futuro em prol dos direitos, interesses e expectativas dos trabalhadores que representa.

Os últimos quatro anos foram de grande exigência para a Direcção do Sindicato. Foram identificados no plano interno um conjunto de limitações que esperamos resolver e ultrapassar com a eleição de uma nova Direcção. Em termos gerais, as dificuldades sentidas pelos trabalhadores do município resultam de uma política, quer local, quer mais geral pela mão do Governo, que em nada salvaguardou as suas condições de vida e de trabalho.

No último ano a situação tornou-se mais complexa, devido às questões colocadas pela pandemia covid-19. Assuntos relacionados com o teletrabalho, os horários de trabalho e principalmente as condições de saúde e segurança, têm merecido uma atenção especial, obrigando a repensar novas e criativas estratégias de contacto e esclarecimentos com os trabalhadores. Dificuldades não são, contudo, impossibilidades.

É neste quadro mais exigente que se vão realizar as eleições para o STML, apelando à participação de todos os associados deste grande colectivo. O objectivo em reforçar o Sindicato será sempre sinónimo de uma melhor representação e defesa dos trabalhadores do município de Lisboa.

Distribuição da agenda para 2021 e brinde de Natal aos associados

Encontra-se disponível para levantamento na sede do sindicato, a agenda de 2021 com a informação imprescindível sobre a legislação para os trabalhadores da CML, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais bem como o habitual brinde de Natal a partir do dia 13 de Janeiro (quarta-feira). O horário de funcionamento é das 9h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira.

Devido à situação pandémica, tendo como objectivo evitar deslocações desnecessárias, os associados deverão preferencialmente contactar o Dirigente ou Delegado Sindical (DS) do seu local de trabalho, necessitando de autorizar, por escrito, o DS para o referido levantamento poder ser feito.

Distribuição da agenda para 2021 e brinde de Natal aos associados a trabalhar no Edifício Municipal do Campo Grande

Informamos os nossos associados, a trabalhar no Edifício Municipal do Campo Grande, que se realizará a distribuição dos brindes de Natal na sala do STML (Rua 5 de Outubro, 260, Bloco OB, Piso 0, Sala 9) no período da manhã, dos dias 13, 14, 15 e 19, 20, 21, 22 de Janeiro.

NOTA: No âmbito do confinamento geral, decretado pelo Governo (previsivelmente para um mês), a distribuição no Edifício do Campo Grande será retomada após o término deste período.

Soneto do Trabalho

José Carlos Ary dos Santos

Das prensas dos martelos das bigornas
das foices dos arados das charruas
das alfaias dos cascos das dornas
é que nasce a canção que anda nas ruas.

Um povo não é livre em águas mornas
não se abre a liberdade com gazuas
à força do teu braço é que transformas
as fábricas e as terras que são tuas

Abre os olhos e vê. Sê vigilante
a reacção não passará diante
do teu punho fechado contra o medo.

Levanta-te meu povo. Não é tarde.
Agora é que o mar canta é que o sol arde
pois quando o povo acorda é sempre cedo.

*in José Carlos ARY dos Santos - Obra Poética
Editorial «Avante!» SA, 1994:332*

José Carlos Pereira Ary dos Santos (1937-1984)



Tornou-se conhecido do grande público como um dos mais talentosos poetas da sua geração. Inicia-se muito cedo na escrita de poesia e quando soma apenas 14 anos, a sua família, contra a sua vontade, publica o seu primeiro livro, de título "Asas". Em 1963 publica-se o livro de poemas "A liturgia do sangue". A teatralidade patente numa poderosa voz, encontra-se registada em várias edições discográficas, onde se apresenta como declamador. Assume uma intensa actividade política, iniciada em 1969. Integra a campanha da Comissão Democrática Eleitoral e filia-se no Partido Comunista Português. Também nesse ano concorre, sob pseudónimo, ao Festival da Canção, com o poema "Desfolhada". Com música de Nuno Nazareth Fernandes e interpretação de Simone de Oliveira, esta canção alcança o primeiro lugar. O poeta voltará a arrebatar o lugar de vencedor do Festival da Canção em 1971. É autor de mais de 600 poemas para canções colaborando assiduamente com vários compositores, dos quais destacamos Nuno Nazareth Fernandes e Fernando Tordo, mas também Alain Oulman, José Mário Branco, Paulo de Carvalho ou António Victorino d'Almeida. Escreverá especificamente para vários fadistas e terá colaborações muito regulares com Amália Rodrigues e Carlos do Carmo.

Ary dos Santos, Biografia, página web do Museu do Fado

Relembramos que este espaço é disponibilizado aos associados. Aqui poderão divulgar as suas aptidões para a poesia, quem sabe para uma opinião crítica sobre os problemas que marcam o nosso tempo, ou até para alegorias nas suas várias expressões. Quem aceitar o desafio, poderá remeter as suas propostas para stml@stml.pt ao cuidado do **Corpo Redatorial d' Trabalhador do Município de Lisboa. Ficamos a aguardar os vossos contributos.**